A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES DEPUTADAS NA ASSEMBLEIA NACIONAL POPULAR DE GUINÉ-BISSAU

Celeste Silvia Vuap M'mende

E-mail: www.mendes2013@hotmail.com

Orientador – **Dr. Bas´Ilele Malomalo**

E-mail: basilelemalomalo@unilab.edu.br

INTRODUÇÃO

A presença feminina na tomada de decisão na esfera política da Guiné Bissau tem

sido pouco verificada desde que terminou a luta armada contra os colonizadores. As

mulheres foram se afastando e delimitadas à esfera privada, enquanto os homens se

encarregam de cuidar da economia, da política e da tomada de decisão social (MARTINS

et al., 2012, p. 38-39).

Segundo relatório da Unión Interpalamentaria (UIP, 2015), a presença feminina é

muito importante para o desenvolvimento sustentável em todos os países, porém o que se

percebe é a sua ausência no poder em Guiné Bissau.

Os objetivos da nossa pesquisa se constituíram em compreender a atuação das

mulheres guineenses dentro da Assembleia Nacional Popular referente à política de

igualdade de gênero, além de analisar a relação entre a participação feminina guineense

e o desenvolvimento da sua nação.

Sendo assim a nossa hipótese sobre o referido assunto presume nos seguintes

pontos: a) as mulheres sofrem preconceito e discriminação por parte dos homens e por

isso são poucas no parlamento; b) às mulheres não foram dadas as oportunidades para

participarem na tomada de decisão; c) as mulheres não se sentem motivadas para

participar da vida política do seu país.

A relevância deste trabalho pode ser considerada irrefutável para a sociedade

acadêmica porque pode servir como meio para o estudo sobre a

nova forma de inclusão das mulheres nos espaços de tomada de decisão.

METODOLOGIA

Para coletar os dados, o nosso trabalho combina a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. A pesquisa bibliográfica, conforme Gil (2008) é desenvolvida com base em materiais já elaborados, constituídos principalmente de livros e artigos científicos. A pesquisa documental, para o mesmo autor, é muito parecida com a bibliográfica. Porém, a diferença está na natureza das fontes, pois a documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa. Além de analisar os documentos de "primeira mão" (documentos de arquivos, igrejas, sindicatos, instituições, de mídias sociais), existem também aqueles que já foram processados, mas podem receber outras interpretações, como relatórios de empresas, tabelas, etc.

Aplica-se o método hermenêutico-dialético de Romeu Gomes (1994) para analisar os dados coletados na fase anterior. Trata-se de uma análise de conteúdo temático em que se valoriza os dados qualitativos e quantitativos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nossas discussões do momento estão sendo feitas com as autoras que escrevem sobre a temática de gênero, dentre outras: Laura Cavalcante e Inocência Mata (2007), Patrícia Alexandre Godinho Gomes (2015), UIP (2015) etc.

Inocência Mata e Laura Cavalcante Padilha (2007) afirmaram que a ideologia europeia tem influenciado muito o relacionamento entre os gêneros em Guiné-Bissau. Para elas, durante a colonização, a Igreja e administração colonial implementaram um tipo de educação muito diferenciada do tipo da educação local que abrangia os homens e mulheres, apesar de não ser educação formal, foi uma educação que abrangia os dois sexos. Não tinha a separação de educação específica para os homens e as mulheres. Mas na época do colonizador foi feita esta separação educacional para cada grupo dos sexos. Os homens recebiam a educação formal enquanto as mulheres recebiam a educação voltada para compreensão da vida privada, isto é, para serem mães, esposas, irmãs, as pessoas que dependem do pai, irmão e marido. Elas eram as pessoas que se preocupavam com a economia doméstica.

Diferente da Inocência Mata e Laura Cavalcante Padilha (2007), Patrícia Alexandra Godinho Gomes (2015) analisou a questão de gênero na Guiné-Bissau no período que percorre a luta pela independência (1960) e o período da primeira (1973-1980) e segunda fase da independência (a partir de 1980). Nesta sua análise constatou

que as mulheres participaram na luta de libertação do país, exercendo atividades logísticas e eram também professoras nas áreas libertadas, assumiram até posto de comitê de tabanca juntamente com os homens, assim como desempenhavam papel de soldados na linha de frente durante a batalha contra os colonizadores, tal é o caso da Ernestina Sila, conhecida popularmente como Titina Sila que morreu na batalha contra o colonizador. Na altura, segundo ela, a demanda das mulheres na esfera pública era muito verificada até na primeira fase da independência do país, momento em que o PAIGC era o único partido no país.

No que se refere à condição feminina, na década de 1980, assistiu-se a uma evolução tendencialmente positiva em termos da representação das mulheres nos órgãos de direção do partido e de decisão do Estado, embora a participação política das mulheres estivesse estritamente ligada ao fato de pertencerem a UDEMU e ao PAIGC. De acordo com relatório do II Congresso de UDEMU de dezembro de 1988, no qual é analisada a situação geral da sua participação política, havia 51% das mulheres no processo desenvolvimento e tinha uma participação crescente e ativa na vida política, econômica, social, e estrutural do país entre a I legislatura (1973-1976) e a II legislatura (1976-1984) (GOMES, 2016, p.137-138).

A grande diferença percentual das mulheres em relação aos homens, referente a representantes na Assembleia Nacional Popular, no espaço político e em função de direção da Guiné-Bissau, deve-se ao fato de que são as mulheres menos representadas em termo de cargo de que possa permitir o acesso a estas esferas e tendem a ter maior representação política em nível das bases. Tudo isso foi causado pela desigualdade na forma de instrução dos membros da sociedade e desigualdade no acesso à formação acadêmica das mulheres, em relação à questão demográfica, à organização social diferente das sociedades da Guiné-Bissau. Estes acessos diferentes contribuíram para que houvesse pouca participação em todas as esferas públicas, especificamente na Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau (GOMES, 2016).

Relativamente à representação da mulher ou aos assentos que elas ocupam na Assembleia Nacional Popular, Patrícia Alexandra Godinho Gomes (2016) afirma que durante o período e 1973- 1989, referente a três legislaturas, o país contava com 15,8% na I legislatura, 11,3% na II Legislatura e 14,6% na III Legislatura, de 1990-1994 as mulheres representam 20%. Conforme União Interparlamentar (2015) de 1995-1998 havia 13,7%.

O que se constata por meio de estatística é que este órgão desde os anos 1990 até 2013 tinha escassez na representação feminina durante toda sua atividade política.

Economia Global (2016, *online*), 2012, fundamentando-se nos dados do Banco Mundial, notifica que, de 1990 a 2015, o valor médio de Mulheres no Parlamento em Guiné-Bissau foi de 11.93%, sendo com o mínimo de 7.8% em 2000 e o máximo de 20% em 1990.

Os dados de Inter-Parliamentary (2016, *online*) de 2016 refletem a mesma marginalização da mulher guineense na Assembleia Nacional Popular: as eleições ocorreram em 13 de abril de 2014; existem 102 assentos dos quais as mulheres ocupam somente 14 (13,7%), o que coloca o país no 133° lugar no *ranking* mundial.

CONCLUSÕES

Na base da estatística, oferecidas pelas nossas fontes, chegamos à conclusão de que na Guiné-Bissau as mulheres representam menor percentagem na Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau.

REFERÊNCIAS

FERREIRA, Solange dos Santos de Alcântara. **Mulheres e a política**: ente lar e parlamento. Curitiba: Universidade Federal de Paraná, 2012, 39 f. [TCC de Especialização em Sociologia Política].

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Patrícia Alexandra Godinho. "As outras vozes": Percursos femininos, cultura política e processos emancipatórios na Guiné-Bissau. *Odeere*: revista do programa de pós-graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade – UESB. Ano 1, número 1, Janeiro – Junho de 2016, p. 122-145. Disponível em: http://periodicos.uesb.br/index.php/odeere/article/view/5722. Acesso em 25/09/2016.

GOMES, Patrícia Alexandra Godinho. Estado da arte na Guiné-Bissau: uma abordagem preliminar. *Outros Tempos*, vol. 12, n.19, 2015, p. 168-189. Disponível em: http://www.outrostempos.uema.br/OJS/index.php/outros_tempos_uema/article/view/45 8/399. Acesso em 16 de agosto de 2016.

GOMES, Romeu. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa MINAYO, Maria Cecília de Sousa (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. . 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010, p. 79-107.

INTER-PARLIAMENTARY UNION (IPU). Women in national parliament: world classification. Disponível em: http://www.ipu.org/wmn-e/arc/classif011216.htm. Acessado em 20 fev. 2017.

MARTINS, Luiz Vaz et al. (Red.). **Relatório sobre a Situação dos direitos humanos na Guiné-Bissau 2010-2012**. Disponível em: http://www.gbissau.com/wp-content/uploads/2013/02/Relatorio-sobre-a-situa%C3%A7ao-dos-direitos-humanos-2012-VF.pdf. Acesso em 25 de março de 2016.

MATA, Inocência CAVALCANTE Laura Padilha. A Mulher em África Voz de uma margem sempre presente. Lisboa: Edição Colibri, 2007.

THE GLOBAl ECONOMY.com. Mulheres no parlamento mundial em 2012. Disponível em: http://pt.theglobaleconomy.com/rankings/Women_in_parliament/. Acesso em 21 de fev. de 2015.

UNIÍON INTERPARLAMENTAR (UIP), Las Munjeres en el parlamentos: uma perspectiva de 20 años 2014. Disponível em: http://www.ipu.org/pdf/publications/WIP20Y-sp.pdf. Acesso em 05 de jun. de 2016.